

**A QUESTÃO DO ESTADO E DO PODER POLÍTICO NA TIPOLOGIA DE VÂNIA
BAMBIRRA**

**LA CUESTIÓN DEL ESTADO Y DEL PODER POLÍTICO EN LA TIPOLOGÍA DE
VÂNIA BAMBIRRA**

**THE ISSUE OF THE STATE AND POLITICAL POWER IN VÂNIA BAMBIRRA'S
TYPOLOGY**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.48194>

Maíra Machado Bichir¹

Resumo: No presente artigo nos propomos a realizar um estudo sobre o pensamento de Vânia Bambirra em torno do poder político, das relações de dominação e do Estado em sua análise sobre a dependência na América Latina. Nosso objetivo é verificar se em seus escritos estão presentes elementos que nos permitam compreender como se dá o exercício do poder político nos países dependentes; como se conforma o bloco no poder nesses países; qual classe detém a hegemonia no interior de tal bloco; e como se articulam Estado, classes dominantes e classes dominadas em suas reflexões. Partindo dessas questões norteadoras pretendemos destacar as contribuições da autora na discussão das particularidades do Estado e do exercício do poder político nas formações sociais dependentes latino-americanas.

Palavras-chave: Estado. Poder político. Dominação. Dependência. América Latina.

Resumen: En el presente artículo buscamos realizar un estudio del pensamiento de Vânia Bambirra sobre el poder político, las relaciones de dominación y el Estado en su análisis sobre la dependencia en América Latina. Nuestro objetivo es verificar si en sus escritos están presentes elementos que permitan comprender cómo se ejerce el poder político en los países dependientes; cómo se conforma el bloque en el poder en estos países; qué clase tiene la hegemonía dentro de tal bloque; y cómo se articulan Estado, clases dominantes y clases dominadas en sus reflexiones. Partiendo de estas preguntas orientadoras pretendemos destacar los aportes de la autora en la discusión de las particularidades del Estado y del ejercicio del poder político en las formaciones sociales dependientes latinoamericanas.

Palabras clave: Estado. Poder político. Dominación. Dependencia. América Latina.

Abstract: In this article, we aim to study Vânia Bambirra's thought, regarding her conceptualization on dependency in Latin America. The paper focuses on the ideas around political power, relations of domination and the State. Our objective is to verify whether Bambirra's writings presents elements that allow us to understand the exercise of political power in dependent countries; the process of power blocs formation in them and which class holds the hegemony within such a bloc; besides, we are also interested in the ways Bambirra articulates State, dominant classes and dominated classes in her analysis. Departing from these guiding questions, we intend to highlight the contributions of such an author in the discussion of the particularities of the State and the exercise of political power in Latin American dependent social formations.

Keywords: State. Political power. Domination. Dependency. Latin America.

Introdução

No presente artigo nos propomos a realizar um estudo sobre o pensamento de Vânia Bambirra, formuladora da Teoria Marxista da Dependência ao lado de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, em torno do poder político, das relações de dominação e do Estado na análise desenvolvida pela autora sobre a dependência na América Latina. Nosso objetivo aqui é verificar se nos escritos de Bambirra estão presentes elementos que nos permitam compreender como se dá o exercício do poder político nos países dependentes; como se conforma o bloco no poder nesses países; qual classe detém a hegemonia no interior de tal bloco; e como se articulam Estado, classes dominantes e classes dominadas em suas reflexões. Partindo dessas questões norteadoras, pretende-se destacar as contribuições de Bambirra na discussão das especificidades e particularidades do Estado e do exercício do poder político nos países dependentes latino-americanos.

Tendo em vista que a análise de Bambirra sobre a dependência está construída *pari passu* ao desenvolvimento de sua tipologia², e que sua interpretação acerca das formações sociais latino-americanas é apresentada através de tal tipologia, por meio da qual expõe os vínculos existentes entre a penetração imperialista nos países dependentes latino-americanos, o sistema de dominação sobre o qual se assenta o poder político naqueles países e as contradições internas próprias a tais formações sociais, optamos por examinar a temática do Estado no interior de sua tipologia dos países de tipo A e de tipo B. Assim, consideraremos também as diferenças acentuadas pela autora nos dois grandes grupos de países, do ponto de vista do objeto que nos ocupa.

O critério utilizado pela autora para classificar os países dependentes latino-americanos se baseia na periodização e nas condições que orientam o processo de industrialização nesses países, tendo em vista, segundo a autora, a centralidade que tal processo passa a assumir a partir da primeira Revolução Industrial. A industrialização, que está associada não apenas ao desenvolvimento das forças produtivas, mas também a mudanças nas relações de produção e nas estruturas de classes, passa a orientar o sentido de desenvolvimento das sociedades. Ademais,

El estudio de las **condiciones** [grifo original] que hacen posible el desencadenamiento de un proceso de industrialización en algunos países y sus consecuentes cambios estructurales es lo que nos permitirá, en definitiva, relacionar la situación general de dependencia a los tipos específicos de estructuras dependientes, o sea, distinguir las características más significativas de cada uno de los grandes tipos de sociedades dependientes contemporáneas, logrando así determinar sus leyes básicas de movimiento. **Discutir las condiciones que hacen efectivo un proceso histórico-social, implica determinar los intereses objetivos de las clases sociales que lo han impulsado, y su desarrollo, así como sus límites; determinándose de esta manera las contradicciones que se generan** y, sólo a partir de esta base se pueden vislumbrar sus formas de superación (BAMBIRRA, 1979, p. 29-30, grifos nossos).

Ao distinguir os processos de industrialização que tiveram lugar nos países de tipo A e de tipo B, a autora leva em consideração as condições internas das economias latino-americanas, a

conjuntura internacional, o estágio de desenvolvimento vivido pelo capitalismo mundial, e as relações de classe, tanto no que diz respeito à estrutura interna a tais países, quanto à mediação entre os interesses dessas classes e os interesses das classes estrangeiras, cuja relação se dá pela intermediação do Estado nacional. Assim, sua análise sobre o desenvolvimento industrial nos países latino-americanos está perpassada por um estudo da configuração das classes sociais nesses países, acompanhando sua formação, suas alianças e contradições, bem como sua posição quanto à dominação política.

Em sua tipologia, portanto, o primeiro grupo de países, denominado pela autora como “países de tipo A”, correspondia àqueles que, na fase de integração monopolista mundial, já possuíam estruturas diversificadas e um processo de industrialização em expansão, sendo eles México, Brasil, Argentina, Uruguai, Colômbia e Chile. O segundo grupo era formado por países cuja industrialização foi produto da integração monopolista, tendo se realizado sob o controle direto do capital estrangeiro - Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba³, designados como “países de tipo B”⁴. É a partir de tal diferenciação que orientaremos nossa discussão nesse artigo, composto por um item dedicado à questão do Estado e do poder político nos países de tipo A, e, outro, ao caso dos países de tipo B.

O caso dos países de tipo A

Em sua análise sobre os países de tipo A, em *El capitalismo dependiente latinoamericano*, Bambirra aporta elementos relevantes à caracterização da estrutura de dominação nesses países, discutindo suas transformações de acordo com cada etapa da dependência, as formas assumidas pelo Estado e pelo exercício da dominação política, evidenciando, ao mesmo tempo, as relações de compromisso, as alianças e as contradições que marcam a relação entre as classes sociais em tais formações sociais. A discussão desses temas pela autora está informada por sua análise sobre as particularidades do desenvolvimento capitalista dependente, especialmente no que diz respeito ao processo de industrialização.

É a partir da compreensão tanto do processo de formação do capitalismo, quanto de formação da burguesia industrial nos países de tipo A que Bambirra construirá sua análise sobre a estrutura de dominação nesses países. Sua análise tem como ponto de origem a “dominação oligárquica”⁵, que expressava um momento da economia desses países no qual seu eixo se ancorava no setor primário-exportador, e que tinha nos proprietários de terra, nos proprietários de minas, nos comerciantes e nos financistas vinculados a tal setor e aos setores a ele complementares, as classes dominantes. Embora a autora faça menção a tal configuração, não é sobre tal processo que sua análise se centrará, já que seu foco reside na transição desse sistema de dominação para o sistema de

dominação oligárquico-burguês e, posteriormente, nos impactos da fase de integração monopolista nesse sistema.

Chamamos atenção aqui para um conceito que será utilizado em diversas ocasiões por Bambirra, ao se remeter à problemática da dominação política, qual seja, o de **sistema de dominação**. Diferentemente de Marini, que o define como o conjunto de elementos sobre os quais uma classe baseia seu poder (MARINI, 1976, p. 92-93), Bambirra, apesar de emprega-lo diversas vezes, não o define explicitamente em nenhum momento. O exame de seus escritos nos permite indicar, entretanto, que o sentido atribuído pela autora está relacionado ao exercício do poder político e econômico pelas classes dominantes. Baseamo-nos, sobretudo, na passagem que consideramos a mais ilustrativa nesse sentido:

En este sector [exportador] y en aquellos que les son complementarios, se ubican las clases oligárquicas dominantes, sean los terratenientes, los propietarios de minas, los comerciantes y los financistas que **controlan y manipulan, en función de sus intereses y a través del aparato estatal, el poder económico y político de la sociedad. Es en el seno de este sistema de dominación oligárquico**, que es parte del contexto del capitalismo mundial, que surgirá y se irá desarrollando una burguesía vinculada a la industria (BAMBIRRA, 1979, p. 43-44, grifos nossos).

Nessa passagem, é possível identificar, ademais, que o controle do poder político e econômico, na perspectiva de Bambirra, é realizado pelas classes dominantes por meio do Estado. Tendo em vista que a autora faz uso tanto do conceito de sistema de dominação, quanto de Estado, acreditamos que os dois não podem ser entendidos como sinônimos. Apesar de o sistema de dominação incluir o aparelho estatal, consideramos que Bambirra faz uso desse conceito com o objetivo de dar foco à dominação de classe, caracterizando, com isso, as classes que compõem esse sistema, destacando aquela que exerce a hegemonia e o caráter assumido pela dominação de classe em cada momento histórico⁶.

A análise dos sistemas de dominação nos países de tipo A é feita por Bambirra em intrínseca correlação com as mudanças de ordem econômica que tiveram lugar nesses países. Nesse sentido, remontaremos brevemente ao processo de formação da indústria e da burguesia nos países de tipo A, tendo em vista sua relevância na reflexão de Bambirra sobre a configuração do poder político nesses países.

Na concepção de Bambirra, o desenvolvimento do modo de produção capitalista nos países de tipo A se situa no início da segunda metade do século XIX, e é entendido como produto das transformações que tiveram lugar no processo produtivo dos centros mais desenvolvidos do sistema capitalista mundial, associadas à chamada II Revolução Industrial. É, segundo a autora, em função das necessidades surgidas a partir dessa nova fase de desenvolvimento capitalista que os sistemas produtivos daqueles países latino-americanos se modificarão, o que se dá pela combinação entre um aumento da produção de matérias-primas e dos produtos agrícolas, para satisfazer as demandas

crescentes dessa etapa da industrialização e uma expansão dos mercados internos, para uma maior absorção dos produtos manufaturados dos países centrais. Tal processo, descrito por Bamberger como um processo de modernização, estrutura-se a partir de mudanças em duas dimensões essenciais, na organização social da produção, por meio da qual as relações capitalistas de produção se generalizam nos setores-chave dessas economias, constituindo, a partir daí, um mercado de trabalho livre⁷; e no nível das forças produtivas, com a introdução de novos sistemas de produção, cujo desenvolvimento implicou uma expansão da capacidade produtiva do setor exportador (BAMBIRRA, 1979).

Na esteira dessas transformações, a autora chama atenção para a importância que os setores complementares ao setor exportador começam a ganhar na economia desses países. Formados inicialmente a partir das demandas do setor exportador, tais setores se expandem e se modernizam, adquirindo um dinamismo próprio e tendo um papel fundamental na criação do mercado interno,

[...] en la medida que promueve la absorción de mano de obra, generando nuevos sectores, a través del apareamiento de una serie de actividades agrícolas comerciales y de servicio en general (público y privado) (BAMBIRRA, 1979, p. 38).

Para Bamberger, o processo de industrialização nos países de tipo A tem seus germens justamente nesse processo de desenvolvimento dos setores complementares ao setor exportador⁸. Em sua perspectiva, ainda que a dinâmica desses setores estivesse subordinada à dinâmica do setor exportador, isso não impediu que estes ganhassem autonomia e constituíssem uma base econômica real, entendida pela autora como condição para o desenvolvimento industrial urbano (BAMBIRRA, 1979). Uma conclusão sintética de Bamberger sobre tal processo pode ser vislumbrada no trecho a seguir:

Tenemos pues que, aunque todo el proceso de modernización del sector exportador y de los sectores complementarios a éste se realice en función de los intereses hegemónicos de la metrópoli capitalista y del sector oligárquico minero, terrateniente y comercial exportador, en función del cual evolucionan las relaciones de producción y se expande el mercado interno que es en parte sustancial (en los sectores de altos ingresos que viven de la explotación de la plusvalía), atendido por la producción manufacturera europea, la estructura interna, adquiere un relativo dinamismo propio resultante del desarrollo de la industria y que funciona según leyes que son específicas del nuevo modelo de capitalismo dependiente (BAMBIRRA, 1979, p. 41-42).

Essa passagem contém um elemento central da análise de Bamberger sobre o desenvolvimento capitalista dependente nos países de tipo A, o fato de o processo de industrialização ter se estruturado a partir da conjunção entre os interesses dos países capitalistas desenvolvidos e os interesses do setor oligárquico latino-americano, traço que condicionará os rumos desse desenvolvimento, bem como a estrutura de dominação nesses países. No que tange ao condicionamento externo, a autora afirma que embora o desenvolvimento industrial dos países dependentes abra caminhos à superação da divisão internacional do trabalho, a indústria é dele dependente para a sua própria realização. Quanto à articulação entre a indústria e o setor exportador,

Bambirra reconhece que mesmo diante de um processo de crescente independização da primeira em relação ao segundo, a sobrevivência e a expansão da indústria permanecem condicionada ao setor exportador (BAMBIRRA, 1979, p. 44-45).

Da mesma forma que o processo de industrialização está vinculado ao desenvolvimento do setor primário-exportador, a formação da classe burguesa industrial é associada, por Bambirra, ao sistema de dominação oligárquico, “Es en el seno de este sistema de dominación oligárquico, que es parte del contexto del capitalismo mundial, que surgirá y se irá desarrollando una burguesía vinculada a la industria” (BAMBIRRA, 1979, p. 44). A autora chama atenção para a especificidade de tal processo, ao distingui-lo do desenvolvimento capitalista nos países europeus. Segundo a autora,

El desarrollo del capitalismo industrial dependiente no ha implicado por consiguiente el desarrollo de un proceso revolucionario en el sentido de la toma de poder por nuevas clases y de la transformación radical de relaciones de producción bajo la cual se asentaban las viejas clases, como lo ha hecho la burguesía europea. Tal diferencia se explica [...] porque las relaciones de producción típicamente capitalistas se desarrollan en el continente inicialmente en el sector exportador – lo que es ya una característica especial y distintiva del capitalismo dependiente – y es aún bajo su dependencia que se generan las condiciones, no sólo para el surgimiento, sino también para la evolución del capitalismo industrial. Y, durante un largo período, hasta que la dinámica inexorable de la industria se afirme definitivamente sobre el conjunto de la sociedad, lo que define el carácter de estas sociedades en Latinoamérica es la coexistencia de varios modos de producción (BAMBIRRA, 1979, p. 46).

Essa especificidade é reafirmada por Bambirra ao fazer alusão à forma e ao caráter assumido pela revolução burguesa nesses países. A autora se apoia nesse conceito, atentando, entretanto, para as particularidades do processo de revolução burguesa nos países de desenvolvimento capitalista dependente. Entendendo tal processo não apenas do ponto de vista de uma transformação nas relações de produção, mas também, e, **sobretudo**, como uma mudança quanto ao sistema de dominação, Bambirra afirma que embora na América Latina não tenha tido lugar uma revolução burguesa no sentido clássico da Revolução Francesa, a burguesia industrial dos países de tipo A,

[...] impulsada por el vigor que le otorga el hecho de controlar una forma más avanzada de organización social de la producción, ha **reivindicado el control hegemónico del poder**, ofreciendo un proyecto propio de desarrollo económico-social (BAMBIRRA, 1979, p. 48, grifos nossos).

A autora ressalta, contudo, que é somente a partir desse sentido - de emergência da burguesia ao controle do poder - que se poderia definir tal processo como uma “revolução burguesa”⁹. Essa reflexão de Bambirra deve ser entendida à luz de uma consideração valiosa da autora acerca da definição do caráter de um processo revolucionário:

Es necesario tener presente que el carácter de un proceso revolucionario se define no sólo por las clases que lo realizan, sino también por las tareas que cumplen, por los enemigos que enfrentan y, por la clase que va a detentar hegemónicamente el poder. De esta manera, detectar la forma y la medida de la participación directa

o indirecta de la burguesía industrial en estos movimientos [...] no es la cuestión fundamental. Lo más relevante es definir en qué medida las tareas que son cumplidas por dichos movimientos corresponden a los intereses fundamentales de aquella clase – y no solamente las que fueron propuestas en sus manifiestos y programas – y en perjuicio de cuáles sectores y clases dominantes. Para eso, es suficiente analizar el sentido del desarrollo – a través, por ejemplo, de las políticas económicas – que ha llevado a orientar estas sociedades y los gobiernos y mecanismos de poder que han resultado de estos movimientos revolucionarios (BAMBIRRA, 1979, p. 57).

A ponderação feita por Bambilra se dirige precisamente a explicitar os movimentos mais profundos que estão no bojo dos processos revolucionários. Dada sua complexidade, não bastaria, na concepção da autora, uma análise de seus elementos mais aparentes, que se encontram na superfície desse processo, mas sim uma investigação de seu sentido e dos interesses de classe que o orientam. Esse esclarecimento encontra justificativa, uma vez que o próprio caminho por meio do qual a burguesia industrial ofereceu e impôs seu projeto de desenvolvimento à sociedade nos países dependentes, na perspectiva da autora, deu-se através de movimentos político-sociais, impulsionados aparentemente pelas classes médias, pela pequena burguesia e pelo campesinato¹⁰ (BAMBIRRA, 1979, p. 48). O processo de conquista do poder político pela burguesia nos países de tipo A, embora não tenha seguido as vias “clássicas”, ou seja, tendo sido resultado de uma grande ruptura, repetiu, segundo Bambilra, um mecanismo de ascensão bastante empregado por outras burguesias industriais, a utilização de outras classes como “[...] ‘grupo de choque’ para abrir su camino por las veredas del orden institucional” (BAMBIRRA, 1979, p. 56). Ainda que aqueles movimentos expressassem interesses reais daquelas classes sociais, que estavam manifestos em seus programas reivindicativos, os interesses que se cristalizaram a partir desse processo, foram os interesses das burguesias industriais.

A observação dos argumentos desenvolvidos por Bambilra acerca da ascensão da burguesia industrial ao poder, nos permite afirmar que, para a autora, tal processo teria sido produto do próprio desenvolvimento capitalista que teve lugar nos países de tipo A, o qual conduziu à agudização das contradições econômico-sociais presentes no sistema de dominação oligárquico. Ao avaliar as possibilidades que cada classe social desses países teria de oferecer um projeto de desenvolvimento à sociedade, a autora salienta que a burguesia industrial era a única classe capaz, naquele momento, de levar à frente o desenvolvimento capitalista, garantindo a preservação do sistema de dominação em seu conjunto, como pode ser visualizado no excerto a seguir:

Todo eso delineaba un campo fértil para que la clase que se desarrollaba paulatinamente – la burguesía industrial –, impulsada por las condiciones favorables generadas por el conflicto bélico de 1914-18 y posteriormente por la crisis del capitalismo mundial, fuera la única clase que pudiera aprovecharse de los antagonismos existentes entre todos estos sectores y clases con las oligarquías, para imponerse frente a éstas y reivindicar para sí una participación preponderante en el control del poder. Y es importante el grado de consciencia de clase que ha tenido la burguesía industrial en todo ese proceso; aunque, en la medida que **objetivamente** [grifo original] era ella la única clase que de hecho representaba

los intereses del desarrollo y de sobrevivencia del sistema de dominación en su conjunto, por situarse en el nivel más importante de éste, esta cuestión pasa a segundo plano; o sea, **la dinámica de las contradicciones económico-sociales, engendradas en el seno del sistema oligárquico conducían de manera irreversible, a la consolidación del poder burgués** (BAMBIRRA, 1979, p. 56, grifos nossos).

O trecho que destacamos nessa passagem contém elementos problemáticos, a nosso ver. Consideramos que Bamberria, ao afirmar que as contradições presentes no interior do sistema oligárquico conduziram por si, irreversivelmente, à consolidação do poder burguês, reproduz uma leitura tanto economicista, quanto teleológica. Ainda que reconheçamos a relação existente entre esses dois processos, e o potencial impacto da agudização dessas contradições na criação de uma crise política, de questionamento do sistema de dominação, não se trata de um caminho inevitável ou irreversível. Há diversas condicionantes que devem ser consideradas, sobretudo, no que tange à luta política, que desafiam e impõem problematizações a essa leitura da realidade social, a qual se apoia, em certa medida, em uma teleologia da história.

Explicitados até aqui os elementos que conformam a análise de Bamberria sobre a emergência da classe burguesa ao poder, avançamos em direção à caracterização feita pela autora do sistema de dominação burguês-oligárquico.

Conforme destacado por Bamberria, a “revolução burguesa” nos países de tipo A não representou uma ruptura com o antigo sistema de dominação, antes refletia a relação de interdependência entre a burguesia industrial e a oligarquia. Desde sua gênese como classe, em razão das divisas advindas das exportações financiarem a continuidade do processo de industrialização, estabeleceu-se uma complementaridade entre seus interesses e os interesses oligárquicos, o que, em nenhum momento, ocultou as contradições e conflitos que marcavam a relação entre essas duas classes¹¹. É nos marcos de uma situação de compromisso¹² que a burguesia questiona os obstáculos mais agudos à industrialização, exigindo a flexibilização do Estado e a inclusão dos interesses do capitalismo industrial no exercício do poder, conforme pontua Bamberria, sem, contudo, opor-se, radicalmente, aos interesses mais fundamentais das oligarquias (BAMBIRRA, 1979, p. 58). As oligarquias, segundo a autora, por sua vez, preservam seus privilégios básicos¹³, permanecendo na condição de classes dominantes, abrindo, entretanto, o sistema de dominação à burguesia industrial e perdendo sua hegemonia política.

De ese proceso resulta un sistema de dominación más complejo e impuro: el de la dominación burguesa-oligárquica. Es necesario pues, comprender que, si bien la burguesía industrial logra tener la hegemonía económico-social sobre todo el proceso de desarrollo que resulta de su ‘revolución burguesa’, ésta es una **hegemonía comprometida**. Y es esta hegemonía burguesa comprometida la que define el carácter y el modo de funcionamiento del capitalismo dependiente en estos países de América Latina, y define también sus posibilidades y sus límites (BAMBIRRA, 1979, p. 58, grifos originais).

Se a relação entre a burguesia e as oligarquias, no interior do sistema de dominação, é analisada por Bambirra como uma situação de compromisso, na medida em que a burguesia renunciou a parte de seus interesses em favor das oligarquias, e que esta última pôde preservar não apenas seu poder econômico, mas também sua participação nos mecanismos de poder político (BAMBIRRA, 1979), as concessões feitas pela burguesia às classes dominadas são descritas pela autora como “[...] concessiones dentro del juego de la política democrática burguesa y eran, en estos casos, condiciones necesarias dentro del proceso de modernización que el desarrollo capitalista requiere” (BAMBIRRA, 1979, p. 60), não tendo, contudo, significado para a burguesia uma renúncia aos seus interesses. Bambirra ressalta, entretanto, que nem todas as classes dominadas se beneficiaram da mesma forma – enquanto as classes médias¹⁴ foram as mais beneficiadas pelo desenvolvimento burguês, passando a integrar a burocracia do aparelho estatal, as concessões ao campesinato foram ínfimas. No caso do proletariado, a autora, depois de mencionar algumas conquistas como a legislação trabalhista, a legislação sindical e o reconhecimento legal de seus partidos políticos, por alguns períodos, afirma que grande parte delas “[...] servían para mantener el control del aparato burgués sobre la clase obrera” (BAMBIRRA, 1979, p. 60).

Aqui chegamos em um ponto fundamental da análise de Bambirra no qual sua interpretação do sistema de dominação, do exercício do poder político e do Estado se entrecruzam. Trata-se de sua discussão sobre a forma política específica assumida pela situação de compromisso sobre a qual o sistema de dominação burguês-oligárquico se sustentava – o populismo¹⁵, o qual é definido pela autora como uma

[...] concepción ideológica-doctrinaria que consistía en presentar los intereses burgueses industriales mezclados con los intereses de toda la nación y de todo el pueblo, identificar con un líder popular como si fueran intereses supraclases y a la vez de todas las clases. Y a través de este eclecticismo se llamaba a la unidad nacional, o sea, a la unidad de interés para realizar la política de desarrollo capitalista nacional (BAMBIRRA, 1979, p. 61).

A caracterização por Bambirra da forma política representada pelo populismo estava assentada em dois pilares fundamentais, o Estado e a liderança política carismática. No que diz respeito ao Estado, a autora chama atenção para seu forte protagonismo nesse momento histórico, na medida em que

[...] el papel del Estado iba más allá de aquel de benefactor y se le hacía actuar como un Estado empresario, o sea, un Estado que llama para sí no sólo a las tareas de ‘regulador de la vida social’, sino además de promotor directo de todas aquellas obras de infraestructura indispensables para el desarrollo de la empresa capitalista moderna (BAMBIRRA, 1979, p. 62).

É por meio desse Estado que se desenvolve, segundo a autora, uma política econômica protecionista de corte nacionalista e modernizante, orientada a impulsionar a industrialização. Ainda que o sentido dessa política adquirisse um caráter industrializante, ela se circunscrevia aos limites

proporcionados pela situação de compromisso entre os interesses da burguesia e das oligarquias, de forma que tais Estados salvaguardavam os interesses das oligarquias financeiras, comerciais e exportadoras. A autora pondera, entretanto, que ao fazer isso, tais Estados não estavam apenas preservando os interesses oligárquicos, senão protegendo os interesses do sistema de dominação em seu conjunto (BAMBIRRA, 1979, p. 59).

Ao lado do Estado, Bambirra destaca a relevância assumida pela liderança carismática de políticos que estiveram à frente dos governos latino-americanos entre as décadas de 1930 e 1960. A autora tem em mente, sobretudo, as figuras de Getúlio Vargas, presidente brasileiro, em seus mandatos de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, de Lázaro Cárdenas, presidente mexicano entre 1934 e 1940, de Juan Domingo Perón, presidente argentino, em seu primeiro governo, de 1946 a 1955, os quais representavam, em sua perspectiva, a síntese do caráter sobre o qual se erigia o sistema de dominação burguês-oligárquico, o paternalismo oligárquico, articulado ao traço modernizante da burguesia industrial, o que lhes permitiu encarnar os projetos de desenvolvimento nacional em seus respectivos países. Nas palavras da autora:

La bien dosificada utilización de estos caracteres otorgaba a los líderes populistas, el carisma necesario para que, jugando con los rasgos conservadores y modernos, los primeros aún vigentes en las sociedades latinoamericanas y los segundos en curso de desarrollo pudieron motivar las grandes masas, controlarlas y utilizarlas como instrumento de realización de la política del desarrollo capitalista (BAMBIRRA, 1979, p. 62).

Identificamos nessa passagem de Bambirra uma semelhança entre sua concepção de populismo e a de Francisco Weffort, em seu artigo *Estado e massas no Brasil*, de 1965, tendo em vista a importância atribuída pela autora à dimensão manipuladora e controladora exercida sobre as classes trabalhadoras, por tais governos¹⁶, traço presente na análise formulada por Weffort, ao caracterizar os governos populistas brasileiros. No artigo de Weffort, o autor chama atenção para a relação que se estabeleceu entre os líderes populistas e as “massas”, afirmando haver uma aproximação entre o Estado e as massas, “[...] o Estado, por meio dos líderes populistas, se põe em contato direto com as massas [...]” (WEFFORT, 2003, p. 58). Ao mesmo tempo, ao fazer referência à participação política das “massas populares”, afirma que estas

[...] são a raiz efetiva do poder, mas nesta mesma condição, não passam de ‘massa de manobra’. Conferem legitimidade a um chefe populista (e, por intermédio dele, ao Estado) pois servem de instrumento para a aquisição e preservação do poder [...] (WEFFORT, 2003, p. 63).

Essa semelhança, contudo, encerra-se aí, uma vez que a autora se diferenciará do autor no que tange à sua concepção do Estado brasileiro. Não é por acaso que recuperamos essa interlocução de Bambirra com Weffort, já que a autora se dedica a critica-lo em duas de suas obras, *El capitalismo dependiente latinoamericano* e *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. Remontaremos, nesse momento, aos

argumentos da autora quanto à sua interpretação do processo político brasileiro, cuja ênfase se dirige precisamente à análise de Weffort sobre o Estado.

A crítica de Bambirra se centra nas formulações de Weffort acerca do controle do poder político entre 1930 e 1950 no Brasil. Na concepção de Weffort, o período que se inicia com a revolução de 1930 caracteriza uma relação de compromisso de novo tipo, na qual nenhum dos grupos (classes médias, setor cafeeiro, setores agrários menos vinculados à exportação) detém com exclusividade o poder político, o que “[...] abre a possibilidade de um Estado entendido como um órgão (político) que tende a se afastar dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano” (WEFFORT, 2003, p. 53). Nessa situação, em que os grupos dominantes não são capazes de oferecer as bases de legitimidade do Estado, Weffort atenta para a emergência das massas populares urbanas como “[...] única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro” (WEFFORT, 2003, p. 54). Embora o autor reconheça que tal Estado permaneça representando a solução de compromisso e de equilíbrio daquelas classes, este, ao encontrar legitimidade nas massas, eleva-se à condição de “[...] árbitro que decide em nome dos interesses nacionais”¹⁷ (WEFFORT, 2003, p. 55). A conclusão de Weffort é de que:

O Estado encontrará, assim, condições de se abrir a todos os tipos de pressões sem se subordinar, exclusivamente, aos objetivos imediatos de qualquer delas. Em outros termos: já não é uma oligarquia. Não é também o Estado tal como se forma na tradição ocidental. É um certo tipo de **Estado de massas**, expressão da prolongada crise agrária, da dependência dos setores médios urbanos e da pressão popular (WEFFORT, 2003, p. 56, grifos nossos).

Bambirra expressa sua discordância em relação a diversos pontos da análise de Weffort. O primeiro deles, que pode ser deduzido da exposição que fizemos da interpretação de Bambirra, diz respeito ao papel hegemônico exercido pela burguesia industrial durante o período analisado por Weffort. Segundo a autora, o não reconhecimento por Weffort desse papel o impede de esclarecer quem efetivamente controlou o poder estatal a partir da revolução de 1930¹⁸. A segunda crítica está relacionada à primeira, e se remete à consideração do autor sobre nenhuma classe exercer o poder político com exclusividade. Apesar de a autora concordar com Weffort sobre esse ponto, Bambirra salienta que não é necessário que alguma classe exerça o poder político com exclusividade para deter a hegemonia do poder. Caso isso ocorresse, não haveria necessidade de se falar de hegemonia, já que a exclusividade significaria a ausência de qualquer tipo de participação de outras classes no poder. Bambirra ressalta, ademais, que o poder político geralmente é compartilhado entre as várias classes que compõem o sistema de dominação, e, que, somente em circunstâncias históricas muito especiais, seria possível verificar o controle absoluto de uma classe sobre as outras (BAMBIRRA, 1979, p. 67).

Outro objeto de questionamento por parte de Bambirra se refere ao fato de Weffort associar tal momento político a um processo de autonomização do Estado em relação às classes dominantes. A autora se remete à seguinte passagem de Weffort:

Firmando seu prestígio nas massas urbanas, Getúlio estabelece **o poder do Estado como instituição, e esse começa a ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira**. Relativamente independente desta, com mecanismos de manipulação passa a impor-se como instituição, inclusive aos grupos economicamente dominantes (WEFFORT, 2003, p. 55, grifos originais).

Bambirra não contesta a autonomia relativa do Estado, nem a possibilidade desse Estado se impor, em determinados momentos, como instituição, sobre as classes economicamente dominantes, como destaca Weffort, entretanto, a autora pontua que “[...] en el capitalismo esto se verifica, siempre y cuando los intereses específicos de grupos económicos entran en contradicción aguda con los intereses del sistema en su conjunto” (BAMBIRRA, 1979, p. 67). Ainda assim, essa autonomia, em nenhum momento significaria a capacidade do Estado de opor-se aos interesses do conjunto das classes dominantes. O significado dessa autonomia é associado por Bambirra à possibilidade de que políticas orientadas ao interesse de determinada classe possam ferir interesses particulares de setores dessa classe:

Por ejemplo, una política económica determinada que sea concebida en función fundamentalmente de los intereses de la burguesía industrial en cuanto clase, puede herir intereses particulares de algunos sectores de esta misma clase. Pero nunca el Estado en cuanto institución puede oponerse a los intereses del conjunto de las **clases dominantes** (BAMBIRRA, 1979. p. 67, grifos originais).

A última crítica de Bambirra se dirige à definição de “Estado de massas” de Weffort. A autora questiona o argumento de Weffort de que nenhum dos grupos dominantes pudesse oferecer uma base sólida para o Estado. Bambirra reafirma sua tese acerca do sistema de dominação burguês-oligárquico, enfatizando que, se por um lado os principais recursos para manutenção do aparelho estatal se originavam do setor primário-exportador, o qual proporcionava, ademais, grande parte dos capitais para a indústria, por outro, a política de desenvolvimento implementada estava orientada em função dos interesses industriais. Nesse sentido, era sobre a base dessa “hegemonia comprometida” que o Estado brasileiro estava fundado. Malgrado o apoio buscado pelo Estado burguês-oligárquico nas massas populares urbanas constituísse um fato inquestionável, tal fato não justificava, na perspectiva da autora, que tal Estado fosse caracterizado como um Estado de massas:

Que las masas respalden gobiernos que son expresiones del poder oligárquico-burgués debido a las concesiones que se les otorgan, no justifica que se caracterice este Estado burgués-oligárquico, fundado en la dominación de estas clases, como ‘Estado de masas’ (BAMBIRRA, 1979, p. 68).

Em sua visão, tal conceito, além de equivocado, encobriria e confundiria o verdadeiro caráter da dominação no Brasil. Bambirra conclui sua crítica com o seguinte comentário:

El Estado en la sociedad burguesa es el instrumento de dominación de las clases dominantes y ninguna forma específica y particular que asuma esta dominación, sea a través de gobiernos populistas, socialdemócratas, laboristas, etc., puede ocultar el hecho de que los intereses fundamentales que él sirve y representa son los de los propietarios de los medios de producción industrial (BAMBIRRA, 1979, p. 68).

Nosso objetivo aqui, ao nos demorarmos sobre a interlocução de Bambirra com Weffort, não reside em nos posicionarmos em relação aos equívocos ou acertos de um ou outro autor¹⁹, na medida em que, para isso, necessitaríamos nos aprofundar no debate sobre o populismo, tema bastante complexo e sinuoso, que foge ao escopo de nosso artigo, mas sim de explicitar, a partir dessa controvérsia, a concepção da autora sobre Estado e o lugar do Estado em sua análise sobre os processos políticos nos países de tipo A. Cabe, contudo, assinalarmos que Bambirra passa rapidamente pela problemática do populismo, não se dedicando a oferecer uma concepção mais elaborada ou sistemática sobre tal fenômeno, nem tecendo um diálogo com outras formulações acerca desse tema. Nesse mesmo sentido, consideramos que a análise da autora carece de um estudo mais detalhado do papel do Estado no fenômeno populista, que explicitasse as particularidades que essa forma de Estado representa.

Retomemos nossa argumentação, avançando agora para as transformações que a fase de integração monopolista impõe ao sistema de dominação nos países dependentes de tipo A. O projeto de desenvolvimento nacional das burguesias industriais latino-americanas, que já estava circunscrito às possibilidades de um desenvolvimento capitalista dependente, e aos limites impostos pela dominação imperialista, sofre um profundo golpe nessa nova fase, com a agudização da crise econômica e política na região a partir do início da década de 1960, cujo resultado é a desnacionalização dos meios de produção, a desnacionalização da burguesia industrial, e a decadência dos governos “populistas”, como assinala a autora:

[...] el resultado de la desnacionalización de la propiedad privada de los medios de producción tenía que determinar el fin de los proyectos de desarrollo nacional autónomo. La consecuencia de este proceso en el plano político fue sin duda el abandono realista, por parte de las burguesías nacionales del nacionalismo populista, es decir, de la ideología que preconizaba el desarrollo nacional antimperialista con base en la pretendida alianza con las clases dominadas (BAMBIRRA, 1978²⁰, p. 18-19).

A integração dessas burguesias ao imperialismo, na condição de classes dominantes-dominadas, não pode ser entendida senão pela intermediação dos Estados latino-americanos. Bambirra, ao descrever os fatores que, a partir da metade da década de 1950, possibilitaram a entrada do capital estrangeiro nos países de tipo A, destaca aqueles de caráter propriamente político, no qual o Estado tem participação decisiva:

- a) los nuevos estímulos que se crean a las inversiones extranjeras, a través de supresión de barreras fiscales, tales como incentivos tributarios, aduaneros, cambiarios, etc.;
- b) creación de una serie de facilidades para remesar utilidades, bajo diversas formas que son reglamentadas ‘liberalmente’ para facilitar el envío de ganancias: beneficios, depreciaciones, royalties, sobreprecio de insumos importados, etc.;
- c) adopción de los esquemas de políticas económicas estabilizadoras preconizadas por el Fondo Monetario Internacional, con el objeto de crear las condiciones para

mantener una estabilidad monetaria mínima que asegure un nivel más alto de acumulación y estimule la concentración y centralización de capitales;

d) y, por último, como consecuencia de lo anterior, la implementación de una política represiva, orientada especialmente en contra del movimiento obrero, para asegurar un alto nivel de la tasa de plusvalía (BAMBIRRA, 1979, p. 98-99).

Ao mesmo tempo em que tais políticas tiveram um papel determinante no fortalecimento do capital estrangeiro nos países latino-americanos, ao facilitarem sua penetração nos setores chaves dessas economias, elas também propiciaram que os interesses das classes dominantes estrangeiras, ligadas a esse capital, passassem a formar parte do sistema de dominação desses países, conforme afirma Bambirra: “De esta manera, el capital extranjero, o sea, los empresarios extranjeros, pasan a ser uno de los componentes más en la amalgama del poder que dirige el destino de las sociedades dependientes” (BAMBIRRA, 1979, p. 158). Nessa passagem a autora lança luz sobre uma consequência política crucial da situação de dependência que condiciona e estrutura tais países, e que está intimamente relacionada às relações de poder e dominação nos Estados dependentes latino-americanos, qual seja o destacado papel assumido pelas classes e frações de classe dominantes estrangeiras no sistema de dominação das formações sociais latino-americanas. Desse processo decorrem dois importantes efeitos para os Estados latino-americanos.

O primeiro deles se refere à agudização das contradições internas que permeiam os Estados latino-americanos. Bambirra, ao discutir os Estados dos países de tipo A, chama atenção para uma contradição entre seu caráter burguês e sua função como representante dos diversos interesses presentes na sociedade, ou como na expressão por ela utilizada, sua função de “Estado amalgamado”. Essa contradição, intrínseca ao Estado capitalista, assume um caráter ainda mais agudo nos países dependentes, segundo a autora. Para além das disputas que têm lugar no seio das classes dominantes, Bambirra está se referindo aos antagonismos que marcam a relação entre a burguesia industrial e as classes dominadas. De acordo com a autora, frente à necessidade que a burguesia industrial tem de expandir sua acumulação de capital, recorrendo, para isso, através do Estado, a políticas econômicas de restrição de salários e de restrição de créditos às pequenas indústrias, esse mesmo Estado se vê diante de seu papel de assegurar a estabilidade política e a continuidade do capitalismo dependente, tendo que mediar os interesses contraditórios entre as classes. Quanto maior o comprometimento do Estado com a implementação daquelas políticas econômicas repressivas, cujos impactos se expressam na classe operária, nas classes médias, e na pequena burguesia, maior será o enfrentamento do Estado em relação a essas classes, e mais profunda será a ruptura de seu caráter “amalgamado”. Bambirra exemplifica tal contradição enfrentada pelo Estado a partir dos casos brasileiro, argentino, chileno e mexicano, atentando para suas nuances em cada situação.

Enquanto no caso brasileiro, o enfrentamento do Estado em relação às classes dominadas se deu de maneira mais violenta, tendo em vista o caráter assumido pelo sistema de dominação e pelo desenvolvimento capitalista nesse país, culminando no golpe de Estado de 1964, no caso do Chile,

por enfrentar a resistência de um movimento fortemente organizado, a burguesia chilena teve que realizar diversas concessões às classes dominadas, cuja maior expressão foi a vitória da Unidade Popular em 1970. Na Argentina, de maneira semelhante ao Chile, porém em menor magnitude, a burguesia não foi capaz de desarticular o movimento popular, com a profundidade vista no caso brasileiro, tendo que fazer concessões que feriam o processo de acumulação, dificultando a superação da crise do capitalismo argentino. O México, por sua vez, representa, segundo a autora, o país no qual a burguesia pôde gozar de maior estabilidade econômica e política institucional, por ter vivido a mais ampla “revolução burguesa” na região. Embora a autora não negue o caráter altamente repressivo do regime capitalista mexicano, ela afirma que o forte controle hegemônico da burguesia industrial integrada ao imperialismo sobre o aparelho estatal fez com que a contradição entre o caráter burguês do Estado e sua função de “amálgama” de interesses de várias classes não assumisse a forma crítica que teve lugar nos demais países de tipo A (BAMBIRRA, 1979, p. 156-158). De acordo com Bambirra, mesmo no caso brasileiro, no qual o enfrentamento do Estado em relação às classes dominadas se deu de maneira mais violenta, o Estado não pôde prescindir de certas funções de proteção daquelas classes. Para a autora,

El Estado burgués ha de hacer concesiones, como ha ocurrido siempre en todos los países capitalistas, a fin de que pueda rearticular y organizar el movimiento popular bajo su control. Y es así como él se ve forzado a crear organismos de asistencia social y de garantías de derechos mínimos de los trabajadores, ha de conceder aumentos de sueldos que, si bien dado su carácter sumamente controlado no lleguen a afectar significativamente los niveles de acumulación, en cualquier forma representan límites a la política económica estabilizadora de la burguesía (BAMBIRRA, 1979, p. 156).

Em momentos de crise, entretanto, essas concessões se transformam em obstáculos à recuperação do sistema, e o Estado coloca em prática políticas repressivas, como foi o caso da crise do desenvolvimento capitalista dependente na década de 1960. Como resposta à crise econômica, que evidenciava os limites do processo de industrialização na região e as novas condicionantes que o processo de integração monopolista impunha às suas economias, as burguesias, já integradas ao imperialismo, adotam medidas de estabilização monetária e buscam conter as ameaças de greves, as mobilizações populares e qualquer atividade que pudesse representar um perigo à preservação do sistema de dominação (BAMBIRRA, 1971). Diante da ameaça que a ascensão dos movimentos populares significava, como descrevemos anteriormente, ao colocar em xeque o sistema de dominação sobre o qual se assentava o poder político naqueles países, a burguesia, que já não é capaz de manter o controle do aparelho estatal dentro dos moldes tradicionais ou de arranjos de tipo “populistas”, abre mão da legalidade democrática²¹, e o Estado assume uma forma política distinta, sob as ditaduras militares latino-americanas, que consagra a participação do grande capital internacional no sistema de dominação, e na qual o enfrentamento às classes dominadas adquire um caráter profundamente violento (BAMBIRRA, 1971; 1979).

A outra consequência que essa mudança no sistema de dominação dos países de tipo A produz no Estado, diz respeito à contradição entre seu caráter nacional e seu compromisso com os interesses do capital estrangeiro. Ao mesmo tempo em que esse Estado é expressão dos interesses do desenvolvimento capitalista em âmbito nacional, ele é também o representante dos interesses do capital estrangeiro no interior da economia nacional. Nesse sentido, ao tentar conduzir uma política nacionalista capaz de reduzir seu endividamento, tal Estado enfrenta a resistência dos interesses do capital forâneo. Bambilra, ao discutir tal problemática, faz menção a uma possibilidade aberta a alguns Estados latino-americanos, já explicitada por Ruy Mauro Marini, qual seja, o subimperialismo²², o qual se dá nos marcos de uma contradição entre os interesses das subpotências regionais e os interesses imperialistas. Aqueles Estados que gozaram de maior desenvolvimento, Brasil, México e Argentina²³, frente à necessidade de expandirem seus mercados, tentam

[...] imponer su poderío sobre los países menos desarrollados como una necesidad vital que ultrapasa los límites de los lentos acuerdos regionales y de las estrictas conveniencias del capital extranjero en cuanto tal (BAMBIRRA, 1979, p. 160).

Essa possibilidade, entretanto, está condicionada à capacidade que tais Estados reúnam em dois sentidos essenciais:

1) de la capacidad de decisión sobre la orientación de las inversiones básicas que se realizan internamente a fin de poder orientarlas en el contexto de una política económica que corresponda a los intereses prioritarios del capitalismo nacional en su conjunto; 2) de la capacidad de implementar, en el plan internacional una política de competencia orientada hacia las metas de conquista de dominio sobre los países vecinos que le garantice por lo menos una participación junto a la hegemonía imperialista (BAMBIRRA, 1979, p. 161).

A autora, embora assinala alguns movimentos protagonizados, sobretudo pelo Brasil, no sentido de expandir-se economicamente no mercado regional e de reunir as bases para o fortalecimento de seu poderio militar, faz questão de definir o subimperialismo como uma **tendência**, afirmando que até aquele momento, nenhum dos três países teria sido capaz de concretizar tal tendência, tornando-a realidade. Colabora para isso, precisamente, o condicionamento ao qual estão sujeitos os países dependentes, ou seja, seu desenvolvimento se dá nos marcos interpostos pela dominação imperialista, dominação essa que se aprofundou na fase de integração monopolista mundial e cujas implicações sobre o Estado significaram uma agudização de sua dependência, a partir de uma restrição ainda mais ampla de seu poder de decisão em âmbito nacional.

Apresentados os principais elementos que orientam a análise de Bambilra sobre a questão do Estado e do exercício do poder político nos países de tipo A, passamos agora às formulações da autora em torno dessas temáticas no que tange aos países de tipo B.

O caso dos países de tipo B

Conforme salientado anteriormente, a dependência, embora constitua um fenômeno geral aos países latino-americanos, assume formas e magnitudes distintas de acordo com as especificidades de cada formação social. No caso da tipologia construída por Bambirra, que diferencia dois grandes grupos de países, de tipo A e de tipo B, é possível identificar, a partir de sua análise, os elementos que caracterizam tal dependência, conferindo-lhe suas particularidades. Para os objetivos que orientam o presente item, a problemática do Estado e do poder político nos países de tipo B, o caminho que percorreremos é semelhante àquele que apresentamos no item anterior, tendo em vista que a autora, em sua exposição, analisa tais elementos à luz do desenvolvimento capitalista nesses países. A caracterização de Bambirra dos países de tipo B, entretanto, recebe um enfoque menor pela autora, fato que pode ser notado pelo espaço dedicado à análise desses países em seu livro *El capitalismo dependiente latinoamericano*, a qual ocupa menos da metade do número de páginas daquela relacionada aos países de tipo A. Ao mesmo tempo, a autora, no intuito de demarcar suas especificidades, apresenta seu estudo acerca desses países em estreita comparação com os processos que tiveram lugar nos países de tipo A. Fazemos essas considerações, pois elas ver-se-ão refletidas em nossa argumentação, à medida que os elementos centrais à nossa análise, a questão do Estado e do poder político, carecem de maior desenvolvimento no caso dos países de tipo B. Uma vez realizados esses apontamentos, passemos à apresentação propriamente de nosso objeto.

Assim como no caso dos países de tipo A, Bambirra constrói sua explicação em relação ao exercício e à configuração do poder político tendo como ponto de partida as particularidades do processo de desenvolvimento desses países. A ênfase de sua argumentação está na condição por meio da qual tais países se integraram ao mercado mundial, como enclaves, e em como tal realidade ensejou os limites e possibilidades de seu desenvolvimento capitalista, repercutindo decisivamente na conformação do sistema de dominação daqueles países. Entendendo o enclave como uma forma específica de exploração econômica estrangeira, a autora explicita como os efeitos dessa exploração configuraram uma forma de dependência ainda mais aguda do que naqueles países de tipo A, restringindo as pretensões de um desenvolvimento de caráter nacional.

De maneira semelhante aos países de tipo A, a gênese do desenvolvimento do modo de produção capitalista e do processo de modernização do sistema econômico dos países de tipo B se localiza na segunda metade do século XIX, mediante a II Revolução Industrial, tendo como impulso as necessidades das economias europeias, traduzidas em um aumento da demanda de produtos primários por parte dos grandes centros capitalistas. Tal processo, que teve como epicentro os setores primários exportadores, não seguiu, entretanto, o mesmo curso daqueles países, tendo se dado de maneira praticamente isolada do conjunto da sociedade, não gerando as condições para o desenvolvimento de um processo de industrialização no interior da economia nacional. As reformas

liberais modernizantes que tiveram início naquele momento, como expressão da expansão do capitalismo comercial, não foram acompanhadas de um desenvolvimento de setores complementares à economia exportadora, nem da criação das bases para a formação de um mercado interno, estando diretamente vinculadas às necessidades do próprio enclave²⁴. As razões dos limites que tal processo enfrentou nos países de tipo B devem ser buscadas, segundo a autora, no controle exercido sobre os setores produtivos chaves dessas economias – setores primário-exportadores – por parte de empresários estrangeiros, o qual se deu de forma sistemática e intensiva (BAMBIRRA, 1979).

Tal controle externo sobre os setores primário-exportadores encontra sua materialidade na relação subordinada das economias dos países de tipo B às economias dos países imperialistas, na medida em que os lucros gerados nos primeiros países são canalizados em direção aos últimos. Ao mesmo tempo em que tal relação tem implicações no que diz respeito à frágil articulação que se estabelece entre aquele setor e a economia nacional em seu conjunto, um de seus efeitos decisivos, para Bambirra, é o estrangulamento da capacidade de dinamização daquelas economias, como é destacado pela autora na seguinte passagem:

La característica fundamental de una economía de enclave estriba en que, sea por su vinculación íntima con la metrópoli, sea por su forma misma de funcionamiento, en general no provoca efectos dinamizadores para la economía y sociedad en su conjunto [...] Esto, porque las ganancias generadas se canalizan directamente hacia la metrópoli y la única parte que queda en la sociedad dependiente es la que se destina al pago de impuestos al Estado (BAMBIRRA, 1979, p. 75).

Ademais, esse controle se manifesta na formação do mercado daqueles países, o qual se constitui enquanto um prolongamento direto do mercado do centro metropolitano, na medida em que o consumo tanto dos trabalhadores, quanto das classes dominantes locais, encontra sua principal fonte nos produtos importados. Nesse sentido, tampouco se criam as condições para a expansão de um mercado nacional.

Dadas tais condições de desenvolvimento e dependência dos países de tipo B, Bambirra chama atenção para a configuração do sistema de dominação nesses países, o qual é definido pela autora como oligárquico-imperialista. Em sua perspectiva, nas economias de enclave, as classes dominantes locais, constituídas pelas oligarquias ligadas ao setor primário-exportador (latifundiários, comerciantes, intermediários e exportadores),

[...] no ejercían un auténtico control aunque en algunos casos mantuviesen un control relativo y limitado sobre algunos sectores productivos (sectores agrícolas, por ejemplo) o sobre partes del proceso productivo (BAMBIRRA, 1979, p. 75).

O controle exercido pelos empresários estrangeiros sobre os setores chaves das economias daqueles países impunha efetivamente profundas limitações ao exercício de um controle sobre as economias nacionais e à tomada de decisões por parte das classes dominantes locais no que diz respeito aos rumos do desenvolvimento daqueles países. É nesse sentido que podemos afirmar que

dentro do sistema de dominação oligárquico-imperialista que caracterizava os países de tipo B, eram as classes dominantes imperialistas que detinham a hegemonia. Às oligarquias daqueles países coube, segundo a autora, a posição de classes dominantes-dominadas, uma vez que funcionavam como mantenedoras imediatas do sistema de dominação – era por seu intermédio que a dominação imperialista se concretizava (BAMBIRRA, 1979).

Em razão das características assumidas pelas economias de enclave, marcadas pelo domínio econômico e político imperialista, não se formam burguesias industriais nacionais, nem têm lugar processos que se assemelham, em qualquer medida, a uma revolução burguesa. Diferentemente do caso dos países de tipo A, nos quais se criaram as condições para um processo de industrialização com conteúdo nacional, nos países de tipo B, a industrialização será produto do processo de integração monopolista mundial, estando desde seu início subordinada aos interesses do capital estrangeiro (BAMBIRRA, 1979). Bambirra compara os dois processos nessa passagem:

Es por todo esto que allí [nos países de tipo B] no hubo cosa alguna siquiera parecida a un remedo de 'revolución burguesa'. Esta, en los países del tipo A, ha sido impulsada en buena medida por la expansión industrial del período 1914-1918 y a inicios de la década de los años 30. Pero en los países del tipo B, durante estos mismos períodos, lo que acaece es cualitativamente distinto. No hay estímulos para optar por alguna forma de desarrollo económico, produciéndose solamente estancamiento y crisis. Ocurre que, como lo hemos planteado antes, para que se produjera una política de expansión industrial en estos períodos, habría sido imprescindible la existencia de un proceso anterior de industrialización en marcha. En estos países [...] no se han cumplido las condiciones para esto y, por tanto, no existían las condiciones favorables para impulsar una dinámica propia de expansión capitalista industrial (BAMBIRRA, 1979, p. 78).

À medida que não se formou uma classe burguesa com aspirações de concretizar um projeto de desenvolvimento nacional e de se alçar à condição de classe dominante, o sistema de dominação nos países de tipo B não sofreu alterações significativas mediante o processo de industrialização ocorrido a partir do pós-guerra, já que a articulação entre os interesses das oligarquias e do imperialismo se manteve, tornando-se ainda mais estreita apenas. Tanto as oligarquias preservaram sua posição de classes dominantes-dominadas, quanto o capital estrangeiro pôde incrementar sua participação nas economias daqueles países através de investimentos dirigidos à instalação de indústrias²⁵, consolidando definitivamente sua hegemonia no sistema de dominação (BAMBIRRA, 1979).

Embora não tenha se construído um projeto de desenvolvimento nacional orientado pelos interesses burgueses industriais, como nos países de tipo A, constituíram-se em alguns países de tipo B, de acordo com Bambirra, movimentos sociais de caráter nacional de questionamento do sistema de dominação oligárquico-imperialista vigente, que expressavam

[...] la rebeldía del campesinado, de la clase obrera (portuarios, ferroviarios, sectores de electricidad, construcción civil, etc.) y de sectores de las clases medias

asalariadas en contra de transferencias de los costos de la crisis hacia sus espaldas (BAMBIRRA, 1979, p. 79).

Tais movimentos, que foram capitaneados pelas pequenas burguesias e pelas classes médias daqueles países, tinham como referência, de acordo com a autora, o desenvolvimento de um capitalismo moderno e nacional, na medida em que para aquelas classes, tal desenvolvimento poderia corresponder às suas aspirações de ascensão social. Dessa forma, na ausência de uma burguesia industrial, coube à pequena burguesia e às classes médias erigir as bandeiras de um desenvolvimento burguês²⁶ (BAMBIRRA, 1979).

Mesmo reconhecendo as dimensões alcançadas por alguns desses movimentos, como foi o caso do movimento sandinista na Nicarágua, da *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA) no Peru, e do *Movimiento Nacional Revolucionario* (MNR) na Bolívia²⁷, a autora enfatiza que nenhum deles foi capaz de enfrentar efetivamente as bases do sistema de dominação oligárquico-imperialista, o que, em sua perspectiva, explica-se pelo fato de o nacionalismo pequeno-burguês, como denomina Bambirra, não oferecer um projeto de desenvolvimento alternativo viável àquelas sociedades, limitando-se a um anti-imperialismo capitalista, o qual se caracterizava muito mais por uma negação do imperialismo, do que pela apresentação de um tipo de desenvolvimento distinto daquele sobre o qual se assentava o sistema de dominação oligárquico-imperialista. Conforme ela ressalta:

[...] al igual que en los países del tipo A, el antiimperialismo era planteado en función de un desarrollo nacional autónomo que no ponía en jaque el capitalismo y no era capaz de ofrecer una alternativa económico-social superior, o sea socialista²⁸ (BAMBIRRA, 1979, p. 116-117).

Apesar das limitações apontadas, tais movimentos ainda representavam ameaças à manutenção do sistema de dominação nos países de tipo B, razão pela qual foram reprimidos pelas classes dominantes locais, no plano econômico, por meio da contenção de salários e de créditos, bem como da redução de empregos; no plano político, com a emergência de governos ditatoriais; e no plano militar, mediante a violenta repressão sofrida pelos movimentos populares, a qual foi acompanhada, em alguns casos, de intervenções militares estadunidenses, como no caso nicaraguense (BAMBIRRA, 1979). As oligarquias foram capazes de conter tais movimentos, conseguindo manter seu sistema de dominação inalterado²⁹, como faz questão de ressaltar Bambirra:

Frente a estas debilidades generales de los movimientos sociales que se han levantado en estos países, las oligarquías han sido las ganadoras. Han logrado reprimir sistemática y violentamente a los movimientos populares y, frente a la inviabilidad de las aspiraciones desarrollistas de las clases medias, han mantenido inalterable sus sistemas de dominación (BAMBIRRA, 1979, p. 81).

Uma vez discutido o sistema de dominação que se conforma nos países de tipo B, consideramos agora os elementos presentes na análise de Bambirra que dizem respeito à questão do Estado nesses países. Primeiramente cabe pontuar que as referências ao Estado em sua argumentação sobre as particularidades da dependência naqueles países são escassas, diferentemente de sua

explicação acerca dos países de tipo A. No caso dos países de tipo B, as menções ao Estado estão relacionadas fundamentalmente às suas atribuições econômicas. Se no caso dos países de tipo A o Estado teve um significativo papel nos processos de industrialização, intermediando e promovendo a transferência de recursos dos setores exportadores para o setor industrial, esse protagonismo não encontra correspondência nos países de tipo B, já que neles, em razão do controle exercido pelos empresários estrangeiros sobre os setores chaves daquelas economias, o Estado não teve condições de atuar como investidor no setor industrial, tendo em vista a escassez de divisas disponíveis para concretizar tal transferência. Os recursos controlados pelo Estado, oriundos em grande parte dos impostos pagos pelos convênios com o capital estrangeiro em razão de sua exploração agrícola e mineira, dirigiam-se, segundo a autora, basicamente a atividades de tipo *benefactor*, não restando capitais para investimentos mais amplos de infraestrutura (BAMBIRRA, 1979). Depreende-se, daí, que a capacidade de decisão e de ação do Estado nesses países é significativamente mais restrita do que nos países de tipo A.

Bambirra, considerando o papel do Estado e a contradição entre a necessidade de divisas para a industrialização e o controle externo do setor exportador nos países de tipo B, afirma que estes se encontram frente a um dilema, marcado pela “[...] necesidad de mantener la dependencia para garantizar la sobrevivencia del régimen y la necesidad de cuestionarla para posibilitar el crecimiento económico” (BAMBIRRA, 1979, p. 166). Para a autora, a única possibilidade, nos marcos do capitalismo, residiria no fortalecimento do Estado e de sua função enquanto empresário, assumindo o controle sobre o setor primário daqueles países. Essa possibilidade está articulada, na argumentação de Bambirra, à composição de uma nova aliança, que unisse a pequena burguesia ao imperialismo, em um enfrentamento à oligarquia latifundiária. Sob a condição de que os setores mais radicais da pequena burguesia e da classe trabalhadora fossem neutralizados, ambos se beneficiariam de tal aliança. Como ressalta a autora,

El imperialismo ganaría, con esto, la posibilidad de una penetración más amplia en estos países, siempre que se ampliaran sus mercados, favoreciendo la apertura de nuevas inversiones y de nuevos sectores productivos. La pequeña burguesía ganaría la posibilidad de realizar, controlando buena parte del aparato estatal, sus objetivos de modernización y de participación más directa en el aparato institucional, abriendo nuevas oportunidades para aprovecharse de los frutos del desarrollo capitalista y de ascender socialmente a la categoría de sector dominante. Es obvio que esto sólo sería posible a través de la alianza con los demás sectores oligárquicos-comerciales, exportadores, financieros, industriales, cuyos privilegios serían mantenidos en lo fundamental (BAMBIRRA, 1979, p. 170-171).

Embora Bambirra vislumbre na estruturação de um capitalismo de Estado em tais países um possível caminho para seu desenvolvimento econômico, ela própria adverte para o potencial fracasso dessa estratégia, dado que os setores industriais mais importantes seguiriam sendo controlados pelo capital estrangeiro e dificilmente tal capital teria interesse em desenvolver o setor de bens de produção nessas economias. Assim, “El fortalecimiento del capitalismo de Estado

dependiente sería mucho más aparente que real [...]” (BAMBIRRA, 1979, p. 171). Para a autora, a única alternativa de desenvolvimento amplo para tais países rediria fora do sistema capitalista, na alternativa socialista (BAMBIRRA, 1979, p. 178-179).

Considerações finais

Tendo em vista a importância da construção de Bambirra em torno da tipologia dos países latino-americanos dependentes à teoria marxista da dependência, procuramos, em nosso artigo, evidenciar as especificidades do Estado e das formas assumidas pelo exercício do poder político nos países de tipo A e de tipo B. Como já salientamos, tais questões são objetos de maior desenvolvimento em seu estudo sobre os primeiros países. No que se refere precisamente à sua análise sobre o Estado, as escassas referências no caso dos países de tipo B dificultam uma sistematização em torno das características do aparelho estatal nesses países, e, conseqüentemente, uma comparação entre os dois casos na tipologia da autora. Seguindo o procedimento metodológico empregado pela autora, precisaríamos operar por uma analogia negativa, identificando, nos traços definidos sobre os Estados nos países de tipo A, aqueles que estão ausentes nos países de tipo B, como é o caso de seu papel como investidor no setor industrial, como empresário nas economias. Bambirra não constrói efetivamente uma caracterização dos Estados dos países de tipo B. No caso dos países de tipo A, por outro lado, a autora discute a relação do Estado com as classes dominantes e com as classes dominadas, a autonomia relativa do Estado em relação ao imperialismo, a questão do subimperialismo como uma possibilidade para tais Estados, entre outros elementos.

Um ponto que nos chama atenção na análise de Bambirra diz respeito ao espaço dedicado em sua obra à configuração e ao exercício do poder político, o qual reflete, em sua concepção, a dominação econômica que estrutura a relação entre as classes sociais nesses países. Fazendo uso do conceito de sistema de dominação, a autora explicita as alianças, as contradições e os conflitos no interior de tal sistema, atentando para as mudanças e continuidades que marcaram o desenvolvimento capitalista dependente desses países, refletindo-se na composição do sistema de dominação, assim como no exercício da hegemonia pelas classes que o integravam. Destacamos, especialmente, a ênfase de Bambirra na articulação entre os interesses das classes dominantes locais e os interesses imperialistas, cujos efeitos se fazem sentir profundamente na capacidade de decisão e de ação das classes dominantes locais, e do Estado dos países dependentes. Em nossa perspectiva, trata-se de uma formulação crucial da autora, que evidencia a intrínseca vinculação entre as dimensões econômica e política da dependência, a qual ganha concretude e existência real por meio da relação de dominação entre as classes. Ao mesmo tempo, tal formulação explicita o papel subordinado dos Estados dependentes frente aos Estados imperialistas, demonstrando as limitações e restrições a que aqueles Estados estão sujeitos, já que suas decisões políticas estão, em grande medida, condicionadas

ao consentimento destes. Dessa maneira, acreditamos que a produção teórico-política de Vânia Bambirra aporta elementos fundamentais à compreensão e caracterização dos Estados dependentes latino-americanos, aspecto decisivo para a luta política das classes trabalhadoras de nossa região.

Referências:

- BAMBIRRA, Vânia. Diez años de insurrección en América Latina. In: BAMBIRRA, Vânia (Org.). **Diez años de insurrección en América Latina**. Santiago do Chile: Prensa Latino-americana, p. 27-75, 1971.
- BAMBIRRA, Vânia. **La revolución cubana: una reinterpretación**. México, D.F.: Nuestro Tiempo, 1976 [1973].
- BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. México, D.F.: Era, 1978 [1977].
- BAMBIRRA, Vânia. **El capitalismo dependiente latino-americano**. Mexico, D.F.: Siglo veintiuno, 1979 [1972].
- BOITO JR., Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016 [1978].
- CRUZ, André Kaysel Velasco e. **Entre a nação e a revolução: o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular no Peru e no Brasil (1928-1964)**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Doi:10.11606/T.8.2014.tde-21052015-122325. Acesso em: 2022-03-29.
- LÊNIN, Vladimir I. Acerca de los compromisos. **Obras escogidas**. Tomo II. Moscou: Progreso, 1961 [1917], p. 117-119.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia [1972]. In: _____. **América Latina, dependencia y globalización**. Buenos Aires: CLACSO-Prometeu, 2007.
- MARINI, Ruy Mauro. **El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile**. México, D.F.: Era, 1976.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución en América Latina**. 8. ed. México, D.F.: Siglo veintiuno, 1977[a].
- MARINI, Ruy Mauro. Estado y crisis en Brasil. **Cuadernos Políticos**, México D.F., n. 13, Ediciones Era, p. 76-84, julio-septiembre, 1977[b]. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/054_estado_crisis_brasil.html>. Acesso em: 11/02/2022.
- MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, México D.F., n. 12, Ediciones Era, abril-junio, 1977[c]. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/052_acumulacion_subimperialismo.html>. Acesso em: 11/02/2022.

PANSARDI, Marcos Vinícius. **Reinterpretando o Brasil: da revolução burguesa à modernização conservadora**. Curitiba: Juruá, 2009.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2010 [1942].

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação da sociedade brasileira**. São Paulo: J. Olympio, 1944.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEFFORT, Francisco C. Estado e massas no Brasil [1966]. In: _____. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 49-67.

Notas

¹ Doutora em Ciência Política (Unicamp). Professora adjunta do curso de Ciência Política e Sociologia - Sociedade, Estado e Política na América Latina (Unila). Coordenadora do grupo de estudos Marxismo e Política (Unila), cadastrado no diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/519418>. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1512604857961391>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7051-0119>. E-mail: maira.bichir@unila.edu.br.

² Apesar de a tipologia de Bambirra ter sido apresentada em sua obra *El capitalismo dependiente latinoamericano*, sua elaboração já estava em construção desde 1968. Em seu artigo *Diez años de Insurrección en América Latina*, publicado em 1971, já é possível visualizar, ainda que em uma versão preliminar, a distinção que orientaria sua análise em seus escritos posteriores.

³ A autora sublinha que Cuba deixa de integrar sua tipologia de países de tipo B na medida em que sua industrialização se inicia como produto do processo revolucionário de transição ao socialismo, em um movimento de ruptura de sua dependência.

⁴ Bambirra afirma que no interior desse grupo, há distinções em relação ao momento em que teve início o processo de industrialização – alguns países a iniciaram imediatamente ao pós-guerra; outros, no final da década de 1950 e início da década de 1960, e outros nos quais tal processo ainda não teria se iniciado, como era o caso de Haiti e Paraguai. Nos dois primeiros casos, não se justificaria uma nova classificação, já que, segundo a própria autora, o caráter da industrialização nesses países não variou substancialmente, como entre tais países e os países de tipo A. No último caso, a autora fala que embora se pudesse criar uma classificação específica para tais países, “países de tipo C”, ela tampouco encontraria razão de ser, em função da evolução histórica particular de cada um deles e da ausência de denominadores comuns.

⁵ A expressão está entre aspas, pois nos referimos à denominação empregada por Bambirra.

⁶ Nesse sentido, podemos afirmar que tal conceito guarda certa semelhança com o conceito de bloco no poder de Poulantzas, “[...] unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista” (POULANTZAS, 1977, p. 229).

⁷ A autora ressalta a relação entre tal processo e o surgimento de novas classes sociais – proletariado, classes médias e burguesia industrial. Cf. BAMBIRRA (1979).

⁸ Bambirra localiza nesse processo a origem do setor industrial nos países de tipo A, o qual ganhará força, efetivamente, com o avanço do processo de substituição de importações, que tem lugar no período entre a I e II Guerras Mundiais (BAMBIRRA, 1979).

⁹ O debate em torno da revolução burguesa na América Latina ocupou intelectuais, militantes de partidos políticos e de movimentos sociais de esquerda ao longo do século XX. Em interlocução com as discussões no seio do marxismo e dos partidos comunistas ao redor do mundo, inúmeras controvérsias emergiram ao se pensar as especificidades das formações sociais latino-americanas e de seu desenvolvimento capitalista. Dentre elas está a própria caracterização desse processo, o que permitiria afirmar sua existência na região? As mudanças nas relações de produção? O desenvolvimento das forças produtivas? As transformações no seio do Estado? Quais as diferenças entre as revoluções burguesas europeias e as revoluções burguesas latino-americanas? Seria mesmo possível afirmar que houve uma revolução burguesa nesses países? Pensando no caso particular brasileiro, indicamos algumas referências desse debate: SODRÉ, 1944; PRADO JR., 2010 [1942]; FERNANDES, 1976; SAES, 1985; VIANNA, 1978; COUTINHO, 1999; GORENDER, 2016 [1978].

¹⁰ Como expressões desses movimentos, a autora cita o “tenentismo” e o “varguismo”, no caso do Brasil; a Revolução mexicana, de 1910; o movimento que conduziu ao poder Hipólito Yrigoyen e, seguidamente, o “peronismo”, na Argentina;

o “batlismo” no Uruguai; e o movimento que culminou na formação da Frente Popular no Chile (BAMBIRRA, 1979, p. 49).

¹¹ Uma contradição central apontada por Bambirra diz respeito à estrutura agrária dos países de tipo A, marcada pelos grandes latifúndios, que, do ponto de vista da burguesia industrial, representavam um entrave à expansão do mercado interno. Cf. BAMBIRRA, 1979.

¹² Bambirra empresta de Lênin a noção de compromisso para caracterizar tal relação: “Llámase compromiso en política a la concesión hecha en ciertas exigencias, a la renuncia de una parte de las propias reivindicaciones en virtud de un acuerdo con otro partido” (LÉNIN, 1961 [1917], p. 117).

¹³ A autora faz referência ao caso mexicano, no qual, em razão do processo revolucionário iniciado em 1910, as oligarquias tiveram seus interesses feridos, mediante a concretização da reforma agrária (BAMBIRRA, 1979).

¹⁴ Bambirra utiliza o conceito de classes médias com o seguinte sentido: “[...] son todas aquellas que no están vinculadas directamente con el proceso productivo y más bien se sitúan en los niveles intermedios, entre los detentadores directos de la plusvalía y la clase obrera. Son los que están localizados en el sector terciario, como los profesionales, burócratas, los militares, etc.” (BAMBIRRA, 1979, p. 49).

¹⁵ O tema do populismo foi objeto de rico e polêmico debate na América Latina a partir da década de 1960. Para um panorama das diferentes vertentes e interpretações acerca do tema, cf. KAYSEL, 2014.

¹⁶ Citamos outro trecho de Bambirra, no qual se evidencia sua interpretação acerca do populismo, ao se referir a tal política como “[...] métodos populistas usuales de manipulación y de control sobre las masas proletarias y pequenoburguesas” (BAMBIRRA, 1979, p. 90).

¹⁷ Para uma análise acerca da complexa e contraditória relação que se estabelece entre o Estado e as classes sociais brasileiras sob o populismo, cf. BOITTO JR., 1991.

¹⁸ Cumpre destacar a existência de um largo debate na historiografia brasileira sobre a revolução de 1930, sendo que uma de suas vertentes reconhece, na esteira da formulação de Weffort, a conformação de uma crise de hegemonia no pós-1930 e de um “vazio de poder”, que teve como resposta a formação de um Estado de compromisso. Esse é o argumento de Boris Fausto (1970), em *A revolução de 1930: historiografia e história*. Diferentemente de Bambirra, para quem a burguesia industrial exercerá a hegemonia no interior do sistema de dominação, na concepção de Fausto, nenhuma fração de classe deteria tal hegemonia. Uma análise das distintas interpretações acerca desse processo pode ser encontrada em: PANSARDI, 2009.

¹⁹ Atendo-nos apenas aos argumentos aqui enunciados, tecemos algumas considerações. Concordamos com as duas primeiras considerações de Bambirra a Weffort, com relação à hegemonia da burguesia industrial no sistema de dominação burguês-oligárquico, e à sua ponderação sobre a exclusividade do exercício do poder político; quanto às demais críticas, acreditamos ser necessárias algumas ponderações: estamos de acordo com a definição de Bambirra de autonomia relativa do Estado e com sua análise sobre tal momento histórico brasileiro não corresponder a tal circunstância, entretanto, não consideramos que essa crítica caiba à análise de Weffort, já que o autor não perde de vista que o Estado permanece sendo a solução de compromisso e de equilíbrio entre as classes (cf. WEFFORT, 2003, p. 55). De maneira semelhante, compreendemos que o conceito de “Estado de massas” pode se prestar a equívocos e confusões e que este não expressa o conteúdo de classe que orienta a dominação política naquele momento histórico, como sublinha Bambirra, mas, uma vez mais, devemos ressaltar, a partir de nossa leitura do artigo de Weffort, que o autor não nega, em qualquer momento, o caráter do Estado como instrumento de dominação das classes dominantes.

²⁰ Embora nossa principal fonte resida na obra *El capitalismo dependiente latinoamericano*, recorremos a outros escritos da autora com o intuito de elucidar e desenvolver alguns dos argumentos elaborados por Bambirra no referido livro.

²¹ Bambirra, ao descrever tal processo, destaca como as contradições entre as classes dominantes, frente ao avanço popular, tornam-se secundárias, ganhando lugar, nesses momentos, uma unidade entre tais classes como recurso à manutenção do sistema de dominação. Cf. BAMBIRRA, 1971.

²² A autora define o subimperialismo como sendo “[...] la explotación de un país dependiente más desarrollado sobre otros menos desarrollados, en la búsqueda del control sobre parte sustancial del mercado de éstos; a través, no sólo de exportaciones, pero, sobre todo, de inversiones en sectores económicos básicos – de recursos naturales o de instalaciones de industrias – lo que supondría un cierto dominio político y militar por parte del país subimperialista” (BAMBIRRA, 1979, p. 176). A formulação original de Marini pode ser encontrada em MARINI 1977a; 1977b; 1977c; 2007 [1972].

²³ Embora a autora afirme que essa tendência tenha se manifestado mais nos casos do Brasil e da Argentina, na conclusão de seu livro *El capitalismo dependiente latinoamericano* (1979) a autora aponta o México também como potencial país subimperialista.

²⁴ Como afirma a autora: “Si bien la presencia del enclave provoca una cierta expansión de un proceso de modernización, a través de la construcción de ferrocarriles, puertos, creación de nuevos servicios para atender fundamentalmente las necesidades de los sectores burocráticos creados por el enclave, etc., sus beneficios son en general capitalizados directamente por él, dado que éste retiene el control de todos los sectores que están conectados a su funcionamiento” (BAMBIRRA, 1979, p. 76).

²⁵ Para a autora, as condições estruturais que favoreceram a intensificação da penetração do capital estrangeiro no pós-guerra e seu domínio sobre os setores manufatureiros, são: o prévio controle exercido por tal capital sobre os setores

exportadores; o endividamento crescente das economias dos países de tipo B; e a aliança existente entre os interesses vinculados ao enclave e os interesses oligárquicos. Cf. BAMBIRRA, 1979, p. 126-131.

²⁶ De acordo com Bambirra, tais movimentos assumiram, em alguns casos, formas “populistas”, porém, diferentemente do caráter que tal fenômeno adquiriu nos países de tipo A, nos países de tipo B, à medida que não representavam interesses burgueses claros e coerentes, tratava-se de um “populismo” defensivo, “[...] que buscaba anteponer la nación al imperio, afirmándose más por la negación de éste que por una alternativa efectiva de desarrollo, o un ‘populismo’ oligárquico, manipulado por la oligarquía, para a la vez chantajear al imperialismo y contener el movimiento popular” (BAMBIRRA, 1979, p. 81). A autora, apesar de citar a APRA e o MNR como exemplos de movimentos que adquiriram formas populistas, não desenvolve tal argumento, nem se aprofunda em uma caracterização do tipo particular de populismo que teve lugar nos países de tipo B.

²⁷ Bambirra discute com maior profundidade os movimentos ocorridos no Peru e na Bolívia, através da análise da APRA e do MNR, considerados pela autora como dois modelos emblemáticos do nacionalismo pequeno-burguês que se conformou nos países de tipo B. A autora revela, a partir dessa análise, os limites engendrados nesses movimentos, orientados por uma concepção de revolução nacional democrática burguesa e cuja liderança era exercida pelas classes médias e pela pequena burguesia daqueles países. Ainda que tais movimentos se diferenciem em suas trajetórias, no grau de radicalidade de suas políticas e na relação com o socialismo, ambos fracassaram, evidenciando as contradições de um anti-imperialismo nos marcos de um sistema democrático-burguês, como explicita Bambirra: “El APRA es el ejemplo más contundente de fracaso del movimiento orientado por el nacionalismo pequeñoburgués y, aunque haya ganado varias veces las elecciones, jamás ha llegado al poder. El MNR por el contrario, ha logrado alcanzar el poder a través de un proceso revolucionario, pero no ha podido llevar hasta sus últimas consecuencias una política antiimperialista y tampoco ha podido realizar un amplio proceso de modernización, por medio de transformaciones democrático-burguesas, aún cuando hayan logrado la nacionalización de minas y llevado a cabo una reforma agraria” (BAMBIRRA, 1979, p. 119-120).

²⁸ Diante das experiências frustradas de nacionalismo pequeno-burguês, Bambirra afirma que a Revolução Cubana demonstrou que “[...] las grandes transformaciones nacionales y sociales que en definitiva terminan con la dependencia, sólo se pueden emprender cuando se rompen definitivamente los límites burgueses y se abre, enseguida, la etapa de construcción socialista” (BAMBIRRA, 1979, p. 126). Uma análise de Bambirra sobre o processo revolucionário cubano pode ser encontrada em sua obra *La revolución cubana: una reinterpretación* (1976 [1973]).

²⁹ Bambirra assinala que as oligarquias se valeram da existência daqueles movimentos populares e da ameaça que representavam ao sistema de dominação como um todo, para utiliza-los como um instrumento de barganha perante o imperialismo, exigindo maiores concessões ao Estado oligárquico (BAMBIRRA, 1979).

Recebido em: 15 de fev. 2022

Aprovado em: 29 de mar. 2022